



IMPUGNAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 42/2013

Brasília, 5 de agosto de 2013.

À

Presidência da República

Coordenação-Geral de Licitação e Contrato

Referência: Pregão Eletrônico nº 42/2013

Senhor: Fábio Fernal

– P R E G O E I R O –

Prezados Senhores,

Somos uma revenda autorizada de produtos Okidata, atuamos em venda e locação de equipamentos reprográficos (máquinas copiadoras / impressoras / escaneres / multifuncionais) e atualmente utilizamos equipe técnica própria constituída de profissionais qualificados e habilitados pelo fabricante no atendimento de vários órgãos públicos, entre os quais se destacam a **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA** e a **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL** com equipamentos instalados em Brasília e em várias cidades em todo o território nacional.

Tomamos conhecimento da publicação do **Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2013** e decidimos impugnar os termos editalícios considerando que essa licitação será regida pelas Leis Federais 8.666/1993, 10.520/2002 e Lei Complementar 123/06.

A **Lei nº 8.666/93** com alterações posteriores preestabelece no inciso I do § 1º de seu Art. 3º que **“É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto contratado.”** e ainda define em seu Art.3º que **“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da**



IMPUGNAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 42/2013

proibidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (grifos nossos).

Entendemos, respeitosamente, que a redação de algumas exigências descritas como “Características Técnicas Mínimas do Equipamento” precisa ser alterada, conforme mencionamos abaixo, para possibilitar a nossa participação e não comprometer a competitividade do certame.

Assim sendo, permitimo-nos, respeitosamente, requerer de V.Sas. as seguintes alterações nas especificações do primeiro item do segundo lote do Edital:

- Alteração do item 2: “Resolução de 1200 x 1200 dpi.,” para “**Resolução de 1200 x 600 dpi.**”;

- Alteração do item 4: “Resolução de 1200 x 1200 ppp.,” para “**Resolução de 1200 x 600 dpi.**”;

Entendemos que, conforme destacamos em “**negrito**”, não haverá prejuízo na produtividade dos equipamentos se a redação dessas exigências for alterada conforme solicitamos para possibilitar a nossa participação no certame.

Permitimo-nos, respeitosamente, comentar que a resolução de 1200 x 600 pontos por polegada possui qualidade suficiente para o tipo de serviço descrito no Objeto desse Edital, que é o de impressões corporativas, sendo a resolução de 1200 x 1200 pontos por polegada em impressões coloridas recomendada para os casos de impressões em ambientes gráficos, médicos, fotográficos e afins.

Entendemos que as especificidades dos trabalhos a executar e a necessidade de obter maior produtividade dos usuários devem ser conciliadas com os princípios da isonomia e da competitividade, o que ora significa alterar sucintamente a especificação dos equipamentos para possibilitar a nossa participação e de outros potenciais licitantes no certame e, certamente, obter uma proposta mais vantajosa sob o aspecto de atualização tecnológica ao promover a ampliação da disputa.

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório vincula a Administração Pública e os interessados às cláusulas previamente definidas no edital a título de regras do certame licitatório. A Administração Pública se orienta por essas regras para afastar a possibilidade da prática de qualquer ato arbitrário durante o procedimento licitatório e os licitantes assumem integral responsabilidade pela aceitação das condições de participação no certame se não manifestarem discordância durante o prazo de impugnação do ato convocatório.



IMPUGNAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 42/2013

O Princípio da Isonomia é a viga mestra do Estado de Direito, consagra a máxima de que todos são iguais perante a lei e, ao ser aplicado no âmbito das licitações, assegura igualdade de direitos a todos os licitantes, os quais também ficam automaticamente obrigados a cumprir as exigências preestabelecidas para contratar com a Administração Pública.

O Princípio da Competitividade é a essência da licitação, porque só haverá certame onde houver competição. Portanto, a competição é exatamente a razão determinante do procedimento licitatório. Em suma, o princípio da competitividade exige que sempre seja verificada a possibilidade de obter a participação de mais interessados que possam atender à Administração Pública. Se a competição é a alma da licitação, é evidente que quanto mais licitantes participarem do processo licitatório, mais fácil será para a Administração Pública encontrar o melhor contratado. Sendo assim, a Administração Pública deve evitar qualquer exigência irrelevante que restrinja a competição, pois procedendo dessa maneira violará o Princípio da Competitividade.

Diante do exposto, estamos formalizando, respeitosa e tempestivamente, a presente

IMPUGNAÇÃO.

Nestes termos,
Pedimos deferimento.

PANACOPY COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA.

Raphael de Faria Silvestre
Sócio Diretor